

FUNCIONALISMO

Por causa da crise, governo estuda dar abono a servidores

Abono salarial em estudo pode chegar a 10%; compromisso com professores está mantido

TAINÁ JARA E
MILENA CRESTANI

O governo do Estado estuda dar abono salarial para os servidores neste ano. A proposta seria conceder percentuais diferenciados, de acordo com as remunerações salariais das categorias. Os valores ainda estão sendo definidos, mas, em alguns casos, os ganhos podem chegar a 10%. Diante da crise nacional, essa seria uma forma de assegurar acréscimo na remuneração dos funcionários, sem onerar tanto os cofres públicos, pois, diferentemente do reajuste, o abono não incide sobre encargos tributários e trabalhistas.

A mesma alternativa estaria sendo estudada para conceder aumento aos funcionários da Assembleia Legislativa. Há informações de fontes ligadas ao governo de que os servidores que ganham R\$ 3,5 mil mensais, por exemplo, podem receber complementação de R\$ 350, equivalente a 10% de ganho. O



VALDENIR REZENDE

GOVERNO DE MS. Na governadoria, abono salarial é cogitado

abono é considerado um benefício temporário, pois não é integralizado ao salário, conforme explica a economista Andreia Ferreira. Eliminando a cobrança dos encargos, a estratégia seria uma forma de o governo atender às reivindicações das categorias e não impactar tanto o caixa, em razão da crise econômica nacional.

Atualmente, a administração estadual conta com quadro de 69.854 funcionários.

DIFICULDADES

Reportagem publicada pelo **Correio do Estado**, em 10 de fevereiro, previa as dificuldades que os gestores públicos teriam em conceder o reajuste em cenário de baixa arrecadação. No caso do governo estadual, se somente a inflação do ano passado, que fechou em 10,67%, for aplicada a todos os servidores, o impacto na folha de pagamento seria de quase R\$ 40 milhões. No mês passado, as catego-

rias já se mobilizavam para dar início as negociações salariais. Representantes do Fórum dos Servidores cogitavam pleitear reajuste acima da reposição da inflação.

Catorze sindicatos que representam diferentes categorias de servidores lotaram o plenário da Assembleia Legislativa pedindo apoio dos deputados estaduais para negociação. A data-base das categorias vence em maio, mas a ideia era antecipar a discussão. Por isso, foi encaminhado, ofício para a Casa Civil solicitando agenda com o governador Reinaldo Azambuja.

Em 2015, o governo do Estado conseguiu administrar o desafio imposto pela crise econômica e manteve o pagamento dos servidores públicos em dia, inclusive o 13º salário. Além disso, também fechou o ano com superávit.

PROFESSORES

Por enquanto, os professores já receberam reajuste. No início deste mês, 11,36% foram incorporados ao pagamento referente ao mês de fevereiro, cumprindo o determinado em lei federal, que também estipula janeiro como data-base.

Apesar disso, o diálogo ainda não se encerrou para os professores, pois, além dos 11,36%, o governo havia se comprometido a conceder outro reajuste em outubro. Azambuja já assegurou que o compromisso com a categoria está mantido. O acordo, previsto em lei estadual, visa chegar a 78,16% do piso para 20 horas neste ano. Para 2021, alcançará 100%.

CAPITAL

BRUNO HENRIQUE



INVESTIGAÇÃO. Houve furto de alimentos na Escola Eulália Neto Lessa

MPE dá prazo de 30 dias para prefeitura regularizar merenda

GILDO TAVARES

Para tentar colocar ordem na distribuição de merenda escolar em Campo Grande, o Ministério Público Estadual (MPE) recomendou que o prefeito Alcides Bernal apresente um plano específico de gestão dentro do Programa Municipal de Alimentação Escolar, para empreender maior rigor administrativo num prazo de 30 dias.

Além disso, pede maior controle no recebimento, estocagem, fornecimento e fiscalização dos produtos e, se necessário, identificar e qualificar o responsável em cada função do processo. O MPE pede ainda que seja disponibilizado de forma pública e acessível a qualquer cidadão um sistema eletrônico de controle da merenda, para que seja possível, inclusive aos diretores das escolas, acompanhar e gerenciar, em tempo real, todos os

produtos que entram e saem dos estoques.

Uma sindicância do MPE constatou a prática de peculato (furto na administração pública) de pacotes de peito de frango que foram retirados da Escola Municipal Professora Eulália Neto Lessa, que fica no Bairro Manoel Taveira. Um inquérito foi aberto para investigar o caso. Nesta mesma escola, há problema de racionamento de alimentos e repetição de cardápio.

O Centro de Educação Infantil (Ceinf) Lafayette Câmara de Oliveira também sofre com o racionamento. “Durante a semana até que dá para levar a situação, com a repetição da merenda, mas na sexta-feira, que é dia de as crianças comerem fruta, não é servido porque não tem”, disse Maria Conceição, 40 anos, mãe de aluno do Ceinf.

POR AÍ

RODOVIAS

Regulamentada isenção de pedágios em carros oficiais

Lei sancionada ontem pelo governador Reinaldo Azambuja isenta as viaturas públicas de emergência de pagar pedágio nas rodovias federais em Mato Grosso do Sul. Esta exigência passa a valer de imediato para a BR-163, que atravessa o Estado de norte a sul e é administrada

pela CCR MS Via. As BRs 262 e 267 estão em estudo para serem privatizadas e, quando forem entregues à iniciativa privada, também estarão sob esta nova lei. Para não ficarem parados nos postos de pedágio, será instalada nos veículos oficiais uma etiqueta eletrônica.

CADIN

Prefeito faz nova tentativa para "limpar" nome da Capital

O prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal, esteve ontem em São Paulo (SP) e participou de mais uma audiência no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde tenta reverter decisão que coloca a capital sul-mato-grossense no Cadastro Informativo

de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). Uma dívida de R\$ 36,6 milhões por não repassar sua contribuição ao Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep), entre 2002 e 2006, é o motivo do nome sujo da Capital.

CAMPO GRANDE

Exonerado diretor da Fundação Social do Trabalho

O diretor-presidente da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (Funsat), Aldo Donizete, foi exonerado do cargo ontem. A exoneração foi publicada no Diário Oficial do Município de hoje. Josmar Gonçalves da Costa, coordenador

da Coordenadoria de Articulação Técnica e Institucional, acumulará funções, tendo sido designado para desempenhar também o cargo de diretor-presidente da Funsat. Tanto Aldo quanto Josmar são filiados ao PPS.

DIREITO

Paulo Tadeu Haendchen inaugura novo escritório

GERSON OLIVEIRA



ADVOGADO. Paulo Tadeu apresentou novas instalações de escritório

Ex-juiz de Direito Eleitoral, Paulo Tadeu Haendchen inaugurou na noite desta quarta-feira a nova sede de seu escritório de advocacia em Campo Grande. Com cerca de 40 colaboradores, os advogados atuam nas cidades de Campo Grande (em sua nova unidade), Cuiabá e Brasília, em todas as áreas do Direito, porém, com ênfase em Direito Eleitoral e questões agrárias.

Paulo Tadeu destacou que o novo prédio, no Bairro Chácara Cachoeira, é para receber melhor os clientes e amigos e oferecer conforto também para seus funcionários. Ele também agradeceu a oportunidade de compartilhar com todos a nova conquista. “Hoje o espírito é de gratidão, este que é o mais nobre dom do homem. Partilho este momento com todos vocês, me sinto muito honrado por terem vindo”.

Regina Haendchen Rocha, que é filha de Paulo Tadeu,

disse que o momento era de muita satisfação e reconhecimento pelo trabalho de toda a equipe. “Esta é uma equipe que posso considerar como família, nos sentimos muito felizes por mais esta conquista e reconhecimento do nosso trabalho”.

Paulo Tadeu Haendchen foi juiz de Direito nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no período de dezembro de 1977 a abril de 1982,

tendo desempenhado suas funções como juiz titular nas Comarcas de Camapuã, Barra do Garças, Rio Verde de Mato Grosso e Aquidauana. Foi Juiz Eleitoral em 1977 a 1982, acumulando a função de juiz de Direito e, posteriormente, foi nomeado para Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, na classe de jurista, por quatro biênios consecutivos, nos anos de 1984 a 1992.

Pedestre, use sua faixa.



A **FCA - FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA** informa os proprietários dos veículos **Jeep Grand Cherokee, modelos 2011 a 2013**, e **Dodge Durango, modelos 2012 e 2013**, sobre a possibilidade de falha no funcionamento do chicote elétrico da lâmpada de cortesia do quebra-sol dos veículos, o que poderá ocasionar um curto-circuito e, em casos extremos, foco de incêndio, com consequentes danos físicos e materiais ao motorista, passageiros e terceiros.

Os proprietários dos **4.566 (quatro mil quinhentos e sessenta e seis)** veículos envolvidos na campanha serão convocados para a segunda fase do chamamento, para agendamento gratuito em uma das concessionárias das Redes **JEEP** ou **DODGE** tão logo a solução técnica de reparo esteja disponível.

Para consulta dos números dos chassis envolvidos e/ou mais informações, o consumidor poderá entrar em contato através das Centrais de Atendimento **JEEP** ou **DODGE** pelos telefones **0800 703 7150** e **0800 703 7140**, respectivamente, ou consultar os websites **www.jeep.com.br** e **www.dodge.com.br**.

Com esta iniciativa, a **FCA** visa assegurar a satisfação de seus clientes, garantindo a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos veículos das marcas **JEEP** e **DODGE**.